



JOSÉ CELESTINO LOURENÇO

AUDIÊNCIA PÚBLICA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

BRASÍLIA, 12 DE JUNHO DE 2023

MUNDO DO TRABALHO

- Contexto de desmonte das políticas de proteção social do trabalho (Reforma Trabalhista e da Previdenciária)
 - mais da metade dos empregos criados no último período foram de postos de trabalho precários (trabalho intermitente, informal, pejetização com flexibilização de contratos, trabalho por conta própria, etc.);
 - ampliação dos trabalhos por empresas-aplicativo/uberização sem direitos.



MUNDO DO TRABALHO

9,1 milhões desempregados (8,5%)

12,7 milhões de trabalhadores/as sem carteira

25 milhões de trabalhadores por conta própria

38 milhões de trabalhadores na informalidade (38,9%)

Fonte: IBGE/PNAD C (jan-fev-mar2023)

DESAFIOS DOS TRABALHADORES QUE ESTUDAM

- Os/as trabalhadores/as mais precarizados e com menor renda são aqueles que tiveram menos acesso à educação básica e à educação profissional;
- As jornadas de trabalho são incompatíveis com os tempos de estudo;
- Os trabalhos precários e com alta rotatividade nos empregos geram uma instabilidade permanente na vida da classe trabalhadora e impacta no acesso, permanência e conclusão dos estudos;
- Os segmentos mais vulneráveis que tem seus **direitos ao trabalho e à educação** negados são mulheres, população negra e periférica, juventude das classes populares, população LGBTQIA+, quilombolas, portadores de deficiência, população do campo, imigrantes dentre outros historicamente marginalizados.

DESIGUALDES SOCIAIS E EXCLUSÃO DIGITAL

- 15 milhões de domicílios no país não tem acesso à internet;
- Há uma desigualdade regional no acesso à internet no país bem como uma disparidade de acesso entre o meio urbano e rural;
- Dos 36 milhões de indivíduos que não são usuários da Internet, 29 milhões estudaram até o Ensino Fundamental, 21 milhões são preta/parda e 19 milhões concentram-se nas Classes D e E, ou seja, a população sem acesso à internet possui o perfil do público de EJA.

Fonte: CGI.br 2023. TIC Domicílios 2022.



A EJA COMO DIREITO

- Fortalecimento de políticas públicas de EJA e EPT integradas às políticas de emprego e geração de trabalho e renda (Economia Solidária);
 - Assegurar o financiamento das Políticas de EJA que garantam uma educação de qualidade para uma **ESCOLA que dialogue** com as necessidades desses sujeitos com diversos turnos compatíveis com as realidades do mundo do trabalho para que os trabalhadores/as possam permanecer e concluir seus Percursos Formativos;
 - Construir mecanismos (Assistência estudantil, transportes e outros subsídios) a fim de estimular a permanência e conclusão dos cursos de EJA pelos trabalhadores/as estudantes.
 - Implementar uma política de formação (inicial e continuada) dos educadores para atender as especificidades da EJA bem como assegurar remuneração, condições de trabalho e valorização profissional desse/as trabalhadores/as.

OBRIGADO



Quem luta, também educa!